

## Sumário

### Parte I JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1 O objetivo da instituição dos Juizados Especiais .....	19
2 A liberdade de opção pela Justiça Especial Cível .....	20
3 A permanência do Juizado Especial de Pequenas Causas .....	23
4 A aplicação do Código de Processo Civil e a nova Lei .....	24
5 Competência dos Juizados Especiais Cíveis – Art. 3º ....	25
6 Competência de foro – Art. 4º .....	28
7 Legitimidade ativa para formular pretensão perante o Juizado Especial Cível – Art. 8º .....	28
8 Legitimidade passiva nas demandas ajuizadas perante os Juizados Especiais Cíveis – Art. 8º .....	29
9 O <i>jus postulandi</i> perante o Juizados Especiais Cíveis – Art. 9º .....	30
10 A intervenção de terceiro perante os Juizados Especiais Cíveis – Art. 10 .....	31
11 O litisconsórcio perante os Juizados Especiais Cíveis – Art. 10 .....	32
12 Intervenção do Ministério Público – Art. 11 .....	32
13 Dos atos processuais – Art. 12 .....	33
14 Sistema de invalidades processuais – Art. 13 .....	33
15 Comunicação dos atos processuais – Arts. 13, § 2º e 18, III .....	34

16	Registro dos atos processuais – Arts. 13, § 3º e 16 .....	35
17	Do pedido – Art. 14 .....	36
17.1	Forma do pedido – Art. 14 .....	37
17.2	Requisitos do pedido – Art. 14, § 1º .....	37
17.3	Tipos de pedido – Art. 14, § 2º e 15 .....	38
18	Forma das citações e intimações – Art. 18 .....	39
18.1	Requisitos do ato citatório – Art. 18, § 1º .....	40
18.2	Inadmissibilidade da citação por edital – Art. 18, § 2º .....	40
18.3	Comparecimento espontâneo do réu – Art. 18, § 3º .....	41
19	As intimações – Art. 19 .....	41
20	Revelia – Art. 20 .....	42
21	Conciliação – Art. 21 .....	42
22	Opção pelo Juízo Arbitral – Art. 24 .....	44
23	Audiência de instrução e julgamento – Art. 27 .....	45
24	Formas de resposta do réu – Art. 30 .....	46
24.1	Conteúdo da resposta .....	47
24.2	A permissão para o réu formular pedido contraposto – Art. 31 .....	47
25	A réplica – parágrafo único do art. 31 .....	48
26	Das provas – Arts. 32, 33, 34, 35, 36 e 37 .....	49
27	Da sentença – Art. 38 .....	50
27.1	Tipos de sentenças – Arts. 38, 51 e 53 .....	50
27.2	Eficácia da sentença – Art. 39 .....	52
27.3	A necessária liquidez da sentença – Parágrafo único do art. 38 .....	52
27.4	Sentença proferida por Juiz leigo – Art. 40 .....	53
28	Dos recursos – Art. 41 .....	53
28.1	Requisitos de admissibilidade do recurso .....	54
28.2	Julgamento dos recursos – Art. 41, § 1º .....	55
29	Procedimento do julgamento do recurso – Arts. 45 e 46 ..	55
30	Dos embargos de declaração – Art. 48 .....	56
31	Da execução – Art. 52 .....	57
32	Dos embargos do devedor na execução fundada em título executivo judicial – Art. 52, inciso IX .....	62
33	Execução de título executivo extrajudicial – Art. 53 ...	65
34	Das despesas – Art. 54 .....	68
35	Sucumbência – Art. 55 .....	69

36	Das disposições finais – Art. 56 .....	70
36.1	O acordo extrajudicial – Art. 57 e parágrafo único .....	70
36.2	O novo modelo de conciliação aplicável à Justiça Tradicional – Art. 58 .....	71
36.3	Inadmissibilidade da rescisória – Art. 59 .....	71
37	Conclusão .....	72
38	Fluxogramas: Procedimento sumaríssimo – Processo de execução .....	75

## Parte – II

### JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

#### Capítulo I – GENERALIDADES

1	Infrações penais de menor potencial ofensivo e infrações de bagatela .....	85
2	O novo Direito Penal brasileiro .....	87
3	O novo Direito Processual Penal brasileiro .....	88
4	A nova Organização Judiciária brasileira .....	94
5	Questões redacionais .....	97

#### Capítulo II – DISPOSIÇÕES GERAIS

1	Composição dos Juizados: conciliadores e Juízes Leigos (art. 60) .....	101
2	Obrigatoriedade de instalação (art. 95) .....	101
3	Necessidade de Lei Estadual (art. 93) .....	102
4	Envio à Organização Judiciária (arts. 64 e 93) .....	104
5	Competência: processo de conhecimento (arts. 60 e 61) .....	104
6	Competência: local do fato .....	109
7	Competência: processo de execução (arts. 60 e 84 a 86) .....	110
8	Competência recursal (art. 82) .....	111
9	“Critérios” informativos dos Juizados (arts. 2º e 62) .....	111
10	Os objetivos de reparação do dano e aplicação de pena não privativa de liberdade (art. 62) .....	112

11	Atos processuais: Publicidade, Horário noturno e dia útil ou feriado, Normas de organização judiciária – (art. 64) .....	114
12	Atos processuais: nulidades (art. 65) .....	114
13	Atos processuais: comunicação (art. 65, § 2º) .....	115
14	Atos processuais: registro (art. 65, § 3º) .....	116
15	Citação (art. 66) .....	116
16	Acusado não encontrado para a citação (art. 66, parágrafo único) .....	117
17	Intimação por correspondência ou por Oficial de Justiça (art. 67) .....	118
18	Ciência em audiência (art. 67, parágrafo único) .....	118
19	Defensor constituído e defensor público (art. 68) .....	119

### Capítulo III – DA FASE PRELIMINAR

1	Termo circunstanciado (art. 69) .....	123
2	Prisão em flagrante e fiança (art. 69, parágrafo único) ...	125
3	A audiência preliminar (art. 70) e a falta de comparecimento à audiência (art. 71) .....	127
4	Desenvolvimento da audiência preliminar: fases (art. 72) .....	128
5	Condução da conciliação (art. 73) .....	128
6	Conciliadores (art. 73, parágrafo único) .....	129
7	Acordo para a composição dos danos civis (art. 74) .....	131
8	Renúncia ao direito de queixa ou representação (art. 74, parágrafo único) .....	134
9	Representação verbal e efeitos quanto à decadência (art. 75 e parágrafo único) .....	134
10	Proposta de aplicação de pena não privativa de liberdade (art. 76) .....	135
11	Redução da multa pelo Juiz (art. 76, parágrafo único) .....	139
12	Inadmissibilidade da proposta (art. 76, § 2º) .....	139
13	Julgamento da proposta aceita, por sentença (art. 76, § 3º) .....	139
14	Recurso da sentença de acolhimento da proposta: apelação (art. 76, § 4º) .....	140
15	Certidões do julgamento (art. 76, § 6º) .....	140



## Capítulo IV – DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

1 Denúncia oral (art. 77).....	143
2 Base documental da denúncia (art. 77) .....	145
3 Remessa ao Juízo comum (art. 77, § 2º) .....	145
4 Queixa oral (art. 77, § 3º) .....	147
5 Oferecimento da denúncia ou queixa e entrega de cópia ao acusado (art. 78) .....	147
6 Ausência do acusado (art. 78, § 1º) .....	147
7 Intimação do ofendido e do responsável civil (art. 78, § 2º) .....	148
8 Tentativa de conciliação e proposta de pena menor (art. 79) .....	148
9 Inadiabilidade de atos (art. 80) .....	149
10 Audiência de instrução e julgamento (art. 81) .....	149
11 Concentração probatória na audiência e termo sumário (art. 81, §§ 1º e 2º) .....	150
12 Sentença (art. 81, § 3º) .....	151
13 O sistema recursal (art. 82) .....	151
14 A apelação: processamento (art. 82) .....	154
15 Embargos de declaração a sentença ou acórdão (art. 83) .....	157
16 Erro material: correção <i>ex officio</i> (art. 82, § 3º) .....	157

## Capítulo V – DA EXECUÇÃO E DAS DESPESAS PROCESSUAIS

1 Sistema executório (art. 84) .....	161
2 Não-pagamento da multa (art. 85) .....	163
3 Competência para a execução de outras penas em geral, inclusive da pena resultante da conversão e da multa cumulativa (art. 86) .....	163
4 Despesas processuais (art. 87) .....	164

## Capítulo VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

1 Acréscimos: representação e suspensão do processo .....	169
2 Representação nos delitos de lesões corporais leves e culposas (art. 88) .....	170

3	Suspensão do processo (art. 89) .....	171
4	Procedimento da suspensão condicional do processo (art. 89, § 1º) .....	173
5	Condições legais da prova (art. 89, § 1º, I a IV) .....	174
6	Condições judiciais da prova (art. 89, § 2º) .....	174
7	Revogação obrigatória da suspensão (art. 89, § 3º) .....	175
8	Revogação facultativa da suspensão (art.89, § 4º) .....	175
9	Conseqüências da revogação da suspensão (art. 89).....	175
10	Suspensão da prescrição durante a suspensão do processo (art. 89, § 6º) .....	176
11	Não aceitação da proposta de suspensão do processo pelo acusado (art. 89, § 7º).....	176
12	Processos pendentes com instrução encerrada (art. 90) .....	176
13	Representação nos processos pendentes (art. 91) .....	177
14	Aplicação subsidiária do Código Penal e do Código de Processo Penal (art. 92) .....	178

#### Capítulo VII – DISPOSIÇÕES FINAIS COMUNS AOS JUIZADOS CÍVEIS E CRIMINAIS

1	Disposição por Lei Estadual (art. 93).....	181
2	Audiências e serviços cartorários fora da sede do Juízo (art. 94).....	182
3	Prazo de instalação dos Juizados pelos Estados, Distrito Federal e Territórios (art. 95).....	182
4	Vigência da Lei n. 9.099/95 (art. 96) .....	182
5	Revogação da Lei n. 4.611/65 (art. 97) .....	183

<b>Bibliografia</b> .....	185
---------------------------	-----